

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL DE ÚNICO LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO

EDITAL de ÚNICO LEILÃO do bem móvel abaixo descrito, bem como para a INTIMAÇÃO de **FERNANPRINT ARTES GRAFICAS EIRELI (Denominação anterior: L S Toledo Artes Gráfica Eiteli)** e **NILTON DONIZETE SANTOS TOLEDO**, expedido nos autos sob nº 0000854-09.2023.8.26.0189, da Ação de Cumprimento de Sentença - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo, movida por **DAIR JOÃO LONGATO**.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR MAURICIO FERREIRA FONTES, Meritíssimo Juiz de Direito da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Fernandópolis - SP, na forma da Lei...

Faz saber a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento que será levado a **ÚNICO LEILÃO**, com início no dia **05 de FEVEREIRO de 2024, às 14h45min.** e término no dia **27 de FEVEREIRO de 2024, às 14h45min.**, o bem abaixo descrito, entregando-o a quem maior lance der, ocasião em que serão aceitos lances a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação, não sendo admitido lance vil, nos termos do art. 891, parágrafo único, do Código de Processo Civil (CPC). Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema de alienação judicial eletrônica, no portal de leilões: www.leilaooficialonline.com.br, regulamentado pela Resolução 236/2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Normas de serviços da Corregedoria de Justiça do TJ/SP e demais disposições legais em vigor. Sobrevindo lança nos 3 (três) minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial eletrônica, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 3 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances. O Leilão será presidido pelo **Leiloeiro Público Oficial, Sr. CLÉCIO OLIVEIRA DE CARVALHO**, inscrito na JUCESP sob nº 889, que levará a público pregão de venda e arrematação do bem que, conforme Auto de Penhora e Avaliação à fl. 104, assim se descreve e se caracteriza: **LOTE ÚNICO "01 (um) televisor marca SONY, 60 polegadas, smart tv KD2 - 60W855B, nº série 2002 543, usada, em bom estado de conservação e funcionamento "**. O bem não foi apreendido e encontra-se na posse do Executado. **AVALIAÇÃO TOTAL:** R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) em setembro de 2023, que será atualizada proporcionalmente pela TABELA PRÁTICA DE ATUALIZAÇÃO DOS DÉBITOS JUDICIAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO até a data da alienação. **DO CADASTRAMENTO:** O cadastramento deverá ser feito pelo interessado diretamente no sítio eletrônico: www.leilaooficialonline.com.br. Uma vez cadastrado no sistema, presume-se conhecimento do presente edital. O registro do lance ou envio de proposta parcelada têm caráter irretratável e irrevogável. A arrematação será consolidada em nome daquele que efetivar o cadastro. Serão realizadas a coleta, o processamento e a salvaguarda dos dados pessoais dos concorrentes, em conformidade com as disposições

normativas da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). **DA COMISSÃO DO LEILOEIRO:** A comissão devida ao Leiloeiro é de 5% (cinco por cento) do valor da arrematação e será paga à vista no prazo improrrogável de 24h. (vinte e quatro horas) acrescida das despesas. **DA ARREMATAÇÃO PELO EXEQUENTE:** Se o Exequente assim desejar, poderá arrematar os bens levado à hasta pública por conta e em razão de seu crédito, nos termos do art. 892 do Código de Processo Civil (CPC). Neste caso, a comissão do leiloeiro fica arbitrada em 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, que deverá ser paga à vista pelo Exequente arrematante. **RECURSOS:** Não consta, dos autos, a existência de recursos pendentes de julgamento. **DA APREENSÃO DO BEM:** Estando o bem em poder do executado, o exequente promoverá a remoção e o manterá em seu poder até o encerramento do leilão na forma do artigo 839 do Código de Processo Civil (CPC). Nos casos de veículos, o documento de circulação também será apreendido e entregue ao arrematante no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após homologada a arrematação e comprovados os pagamentos, sob pena do desfazimento da arrematação. A critério do Exequente, a remoção, guarda e conservação, poderão ser feitas pelo Leiloeiro Oficial, nos termos dos artigos 5º e 8º da Resolução nº 236 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **DA TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE:** O Juízo da execução determinará expedição ordem de transferência após a entrega do bem ao arrematante que deverá diligenciar perante a autoridade competente às suas expensas e comprovar nos autos no prazo de 10 (dez) dias úteis. **DA DESISTÊNCIA:** Na hipótese de o bem estar em poder do executado e, não sendo possível a vistoria prévia por parte do arrematante, a este fica assegurado o direito de desistência caso verifique deterioração ou ausência do bem quando da entrega prevista no artigo 897 §1º do Código de Processo Civil (CPC), ficando também assegurada a desistência nos casos de impossibilidade de transmissão da propriedade por fato alheio à vontade do arrematante. **CREDOR FIDUCIÁRIO:** Na hipótese de haver credor fiduciário, será reservado o produto da arrematação, preferencialmente, para quitação do contrato de alienação e o saldo em favor do arrematante ocasião em que será emitida ordem de baixa do gravame independente de levantamento. **DO PAGAMENTO:** O pagamento da arrematação será realizado por meio de Guia de Depósito Judicial, vinculado ao processo e respectivo Juízo, no prazo improrrogável de 24h. (vinte e quatro horas), devendo desconsiderar-se a data de vencimento constante na referida Guia. O arrematante deverá apresentar os comprovantes de pagamento em original ao Leiloeiro, que lavrará, de plano, o Auto de Arrematação. O produto da arrematação somente será levantado após efetivada a transferência de propriedade e entrega do bem ao arrematante nos termos do artigo 248 das Normas de Serviços da Corregedoria Geral de Justiça do TJ/SP. Na eventualidade do não pagamento do lance, ou desistência injustificada ou a qualquer tempo, fica estabelecida a perda da caução de 20% (vinte por cento) em favor do Exequente, e o pagamento da comissão do Leiloeiro no valor de 5% (cinco por cento) onde será expedida certidão de título executivo em desfavor do arrematante remisso. **DAS DESPESAS:** O bem será vendido *ad corpus* e no estado em que se encontra. Será ônus do interessado a constatação de sua condição e localização, de modo que as imagens disponibilizadas no sítio eletrônico possuem caráter meramente ilustrativo, não gerando direito à indenização ou reparação de qualquer natureza. Correrão por conta do

arrematante as despesas do Leilão e os custos relativos à desmontagem, desocupação, transmissão de propriedade, baixas das penhoras e quaisquer outros custos e impostos provenientes de sua aquisição. **COMPOSIÇÃO/DEPÓSITO:** Se as partes, ou qualquer interessado, após a designação do leilão, compuserem-se, realizarem o depósito do valor do débito, total ou parcialmente, ou, ainda, adquirirem os direitos, etc., será devido, por quem causou o acordo ou depósito, o ressarcimento das despesas de Leilão, a serem pagas ao Leiloeiro Oficial, fixando-se o valor mínimo de R\$ 1.600,00 (hum mil e seiscientos reais) cujo pagamento dar-se-á juntamente com o acordo ou remição, zelando o autor pelo leal cumprimento do referido pagamento, sob pena de ser-lhe imputada a responsabilidade. Na hipótese de acordo ou remição após o término do Leilão, aplicar-se-á o previsto no art. 7º, § 3º, da Resolução 236/2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), considerando a irretratabilidade e irrevogabilidade do ato. **INFORMAÇÕES:** Mais esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone: (11) 4813-3856, ou através do e-mail: juridico@leilaooficialonline.com.br. Será, o presente Edital de Leilão publicado no sítio eletrônico supra e/ou na plataforma: www.diariooficialelectronico.com.br, na forma da Lei. Fernandópolis, 14 de novembro de 2023. Eu _____ escrevã(o) subscrevo.

MAURICIO FERREIRA FONTES

Juiz de Direito